

- Aos trabalhadores da Petrogal –

### CONDIÇÕES DE NEGOCIAÇÃO INACEITÁVEIS

Conforme previsto, realizou-se no passado dia 14 de Agosto uma reunião entre os representantes da **Petrogal** e do SITESE com vista ao início das negociações sobre a aplicação das últimas alterações ao Código do Trabalho (Lei n.º 23/2012, de 25 de Junho).

No entanto, as condições colocadas pela empresa para o início das negociações foram consideradas inaceitáveis por parte do SITESE. Com efeito, a Petrogal pretende **aplicar desde já os aspectos mais negativos da lei** (designadamente retirar os descansos compensatórios e reduzir para os mínimos legais o pagamento do trabalho suplementar e em dia feriado) e **só depois discutir uma eventual melhoria destas condições em relação à lei**.

Ora, a posição do SITESE é exactamente a contrária: **manter as actuais condições de descanso compensatório e retribuição para o trabalho suplementar e em dia feriado, negociar eventuais alterações e só depois, se for caso disso, aplicar as alterações acordadas**.

Os representantes da Petrogal argumentam com a natureza imperativa das normas legais. Não vale a pena escamotear a verdade. A lei nestas matérias é de facto imperativa. Mas só na medida em que desobriga as empresas de conceder descanso compensatório ou pagar mais que os mínimos legais, anulando ou suspendendo por dois anos as normas contratuais que estabelecem regimes mais favoráveis que a lei. No entanto, a lei não impede as empresas de o fazerem por sua livre iniciativa ou por acordo com os trabalhadores e/ou os sindicatos.

É um total absurdo considerar que uma qualquer empresa privada está impedida de conceder aos seus trabalhadores descansos compensatórios ou pagar retribuições, sejam elas quais forem, mais favoráveis do que as estabelecidas por lei ou por contratação colectiva. E é apenas disto que se trata.

Esta questão surge porque várias empresas já anunciaram ou acordaram com os sindicatos manter total ou parcialmente as condições de compensação e retribuição do trabalho suplementar ou em dia feriado. Porque **privilegiam a paz social** e sabem que **é justo** compensar devidamente este tipo de trabalho. A Petrogal podia e devia ter seguido o mesmo caminho.

No caso da Petrogal a situação é ainda mais grave porque, é bom recordar, as condições de compensação e retribuição do trabalho suplementar são as consignadas no **ACT das Empresas Petrolíferas**, convenção colectiva de trabalho que foi publicada há cerca de dois anos, depois de totalmente revista. Ora, durante as negociações do ACT entre as empresas petrolíferas e o SITESE, a Petrogal, que tem especial responsabilidade nestas matérias, não se bateu pela eliminação do descanso compensatório ou pela redução do pagamento do trabalho suplementar ou em dia feriado. Porquê? Naturalmente porque considerou esses custos suportáveis e adequados. Mudou agora de opinião ou está a querer, oportunistamente, aproveitar a “onda” revanchista contra os direitos dos trabalhadores?

## **A GREVE É NECESSÁRIA**

Perante este quadro e dando sequência àquilo que é a vontade dos trabalhadores da Petrogal associados no SITESE, vamos procurar concertar com as outras organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Petrogal **a realização de uma greve** que deixe claro à administração o nosso repúdio por esta redução substancial e unilateral dos rendimentos do trabalho.

Como é evidente, são os trabalhadores das áreas industriais os mais atingidos por estas medidas. Mas não tenhamos ilusões: **elas vão atingir todos os trabalhadores da Petrogal e podem também ser o prenúncio de outras medidas igualmente gravosas para os trabalhadores das demais áreas da empresa**. Também por isso apelamos a todos os trabalhadores que participem activamente nas lutas que se avizinham.

## **JUNTA A TUA À NOSSA FORÇA**

Lisboa, 20 de Agosto de 2012.

A DIREÇÃO